

## **Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica na imprensa brasileira<sup>1</sup>**

Maria Fontes<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho aborda os modos como a imprensa brasileira enquadra as notícias sobre homofobia na cobertura de acontecimentos violentos envolvendo a comunidade LGBT no país. Como universo, adota um subconjunto de 252 notícias levantado em 312 veículos monitorados diariamente quanto a uma amostra de informações relacionadas a 10 categorias-chaves no campo dos direitos sexuais na mídia brasileira, em plataformas impressas e digitais, de 1º de janeiro a 31 de julho de 2013. Abrangeu-se o seguinte universo temático: casamento entre pessoas do mesmo sexo; direitos das pessoas não heterossexuais; violência homofóbica; cirurgia de mudança de sexo; adoção por casais não heterossexuais; mudança de nome ou nome social; fertilização ou reprodução assistida; direitos civis (herança, sucessões, previdência etc.); *bullying*/homofobia nas escolas; e direitos relacionados à saúde.

**Palavras-chave:** homofobia; enquadramento; violência homofóbica; cobertura jornalista; notícia.

Para situar as formas de enquadramento como uma das características mais importantes das narrativas noticiosas é preciso reiterar o quanto o enquadramento adotado na cobertura de um determinado tema ou fenômeno por parte da imprensa é determinante para a construção dos repertórios e das interpretações sociais prevalentes sobre os sujeitos aos quais essa cobertura se refere. É por meio das notícias e, principalmente, da forma como elas são narradas que a opinião pública forma e constrói, em grande medida, a sua leitura e interpretação de mundo, o que torna as narrativas noticiosas e os veículos de comunicação de massa dispositivos confiáveis do processo de construção da realidade social e do temário da opinião pública. São as notícias que delimitam boa parte do horizonte cognitivo dos leitores e da audiência através dos meios de comunicação, instrumentos que se apresentam como os transmissores da realidade social. Como reitera Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 11), nesse processo, os jornalistas, embora sejam construtores da realidade ao seu redor, como todo mundo, assumem também o papel de conferir estilo narrativo a essa realidade e, “divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, Professora-Doutora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA. maluzes@gmail.com

Ao abordar a centralidade das rotinas produtivas e dos critérios de noticiabilidade no jornalismo, Mauro Wolf (2003, p. 195) destaca os últimos como “o conjunto de características que os eventos devem possuir (ou apresentar aos olhos dos jornalistas) para poder ser transformados em notícia”. O que não atende aos requisitos de noticiabilidade não conquista o estatuto público de notícia, permanecendo “simplesmente um evento que se perde na ‘matéria-prima’ que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos de mundo, adquiridos pelo público por meio da comunicação de massa” (WOLF, 2003, p. 195-196).

Os valores-notícia se constituem como o elemento básico da cultura jornalística, funcionando, segundo Nelson Traquina (2005b, p. 94-95), como “óculos para ver o mundo [das notícias] e para o construir. [...] O insólito, o extraordinário, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte e a celebridade” são exemplos de valores-notícias duradouros ao longo da história do jornalismo. No entanto, eles “não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais” (TRAQUINA, 2005b, p. 95).

Nesse contexto, as notícias não são dispositivos que emergem naturalmente do mundo real (TRAQUINA, 1993, p. 168): elas “[...] acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”. As notícias trazem os registros das formas literárias e as narrativas (*news frames*) usadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento, organização esta sempre norteada pelo mapa de significados do profissional que narra. Todo fato ocorrido já é observado pela opinião pública a partir de um conjunto de relevâncias políticas, morais e sociais. Seu noticiamento e seu enquadramento de um determinado modo reforçam esse jogo de relevâncias que consolidam os sentidos atribuídos ao real.

Ainda no campo dos estudos dos efeitos das notícias sobre a opinião pública, cujas etapas são a produção, a circulação e o consumo (RODRIGO ALSINA, 2009), outro conceito, atrelado ao enquadramento, deve ser destacado: o de *agenda-setting* ou agendamento, que é a capacidade e potência dos meios de comunicação de determinar um conjunto de temas sobre os quais a opinião pública global, nacional, regional ou local vai falar.

O conceito de enquadramento foi introduzido na teoria do jornalismo por Gaye Tuchman (1978), a partir de noções desenvolvidas por Erving Goffman (2012) e seu

conceito de *frame*, usado para nominar os marcos ou enquadramentos que constituem os modos por meio dos quais se cataloga e se vive a realidade (MOTTA, 2007). No dia a dia da imprensa, o enquadramento é o recorte usado pelos veículos de comunicação e pelos jornalistas para dar uma moldura aos acontecimentos quando os transformam em notícia. Um mesmo acontecimento, de acordo com o veículo de imprensa e com sua respectiva linha editorial, pode ser noticiado sob diferentes enquadramentos, diferentes molduras.

Ao abordar como a ideia de *framing* ou enquadramento se relaciona aos ângulos de tratamento dos assuntos pautados pelos meios de comunicação — e relacionando-a aos estudos sobre os efeitos da mídia sobre a audiência —, Juliana Gutmann (2006, p. 30) reitera que o termo *framing* “[...] designa a ‘moldura’ de referência construída para os temas e acontecimentos midiáticos que, por sua vez, também é utilizada pela audiência na interpretação desses mesmos eventos”. Para a autora, o *frame* é “justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente, processado e discutido na esfera pública”.

Este trabalho analisa o agendamento da homofobia e da violência homofóbica e busca apontar as principais modalidades de enquadramento dado a esse fenômeno na imprensa brasileira.<sup>3</sup> A amostra de notícias que subsidia a abordagens deste trabalho está inserida em um projeto mais amplo, o Observatório sobre Direitos Sexuais nas Mídias Brasileiras.<sup>4</sup> A construção dessa amostra se deu a partir do monitoramento de 312 veículos noticiosos em plataformas impressas e digitais (jornais, revistas, portais, *sites* e *blogs*), de 1º de janeiro a 31 de julho de 2013, através de uma empresa de clipagem que monitora cerca de 600 veículos. Foram coletadas notícias em jornais, revistas e blogs formando um desenho da precarização das vidas LGBT no Brasil em notícias impressas ou on line. Com a busca das palavras-chaves citadas no resumo dessa análise, foram recuperadas 20.767 notícias.

Excluíram-se do processo de análise as notícias em que o texto se repetia integralmente, ou seja, quando a mesma notícia havia sido publicada por veículos diferentes

---

<sup>3</sup> [...] homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais: portanto, homens ou mulheres. Segundo parece, o termo foi utilizado pela primeira vez nos EUA, em 1971; no entanto, ele apareceu nos dicionários de língua francesa somente no final da década de 1990: para Le Nouveau Petit Robert, ‘homofóbico’ é aquele que experimenta aversão pelos homossexuais; por sua vez, em Le Petit Larousse, a ‘homofobia’ é a rejeição da homossexualidade, a hostilidade sistemática contra os homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 13, grifos no original).

<sup>4</sup> Esta análise insere-se em um projeto mais amplo de monitoramento da imprensa, denominado Observatório sobre Direitos Sexuais nas Mídias Brasileiras, proposto e executado pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e financiado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

e também notícias classificadas como fora do escopo, como as programações culturais de cinemas, novelas e teatros sobre a temática. Do total das notícias recuperadas, 8.748 foram excluídas por serem repetidas, e 5.556, por serem consideradas fora do escopo, reduzindo a amostragem para 6.467 notícias válidas. Após diferentes etapas do levantamento, chegou-se a um *corpus* de 241 matérias sobre violência homofóbica praticada contra homossexuais e 11 matérias sobre *bullying* homofóbico. Dessas 241 notícias, 215 têm como objeto noticiado homicídios, tentativas de homicídio e agressão física/corporal, sendo 76 casos ocorridos em via pública. Quando cruzados os dados da orientação sexual da vítima com o tipo de violência praticada, verifica-se que 82% das vítimas por homicídio simples são gays (homossexuais masculinos).

### **O enquadramento da violência homofóbica e a escassez de reportagens sobre o tema**

Para além do fato de as narrativas analisadas neste estudo serem quase exclusivamente sobre a violência física (agressão, homicídio e latrocínio), algumas características se destacam no enquadramento dado aos acontecimentos noticiados. No período monitorado, praticamente inexistem reportagens sobre a violência praticada contra homossexuais no país, seja sobre os homicídios, seja sobre as demais formas de violência sem vitimação fatal. Embora o senso comum não diferencie nota, notícia, matéria e reportagem, esta última apresenta um aprofundamento e uma reatualização dos fatos. Segundo Nilson Lage (2012, p. 47), “a reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque”, diferentemente da notícia, que é da mera ordem do registro de um fato num veículo de comunicação.

Se um homossexual é morto por espancamento por seguranças de uma boate e um jornal publica esse acontecimento, normalmente em poucos parágrafos, tem-se uma notícia. Já uma reportagem sobre esse fenômeno — o assassinato de homossexuais — pode ser agendada ao acaso ou partir de uma notícia em particular, que poderia ser essa notícia hipotética, para abordar a ocorrência de crimes homofóbicos num determinado período, no país ou numa cidade específica, apresentando números, estatísticas, depoimentos e entrevistas de diferentes fontes: de vítimas a pesquisadores, de legisladores a autoridades policiais e entidades de proteção aos direitos humanos e de defesa da comunidade LGBT.

A reportagem ultrapassa as fronteiras de um mero registro de um acontecimento. Ela dialoga com o tempo, o espaço, episódios anteriores, contextos locais e, sobretudo, com a diversidade de vozes legitimadas ouvidas. Pode-se dizer, em poucas palavras, que a notícia

é um registro curto, imediatista, dando conta de um episódio e tendo como objeto responder às perguntas básicas do jornalismo: quem, o quê, quando, onde e como. A reportagem é uma narrativa mais complexa, que pode até tomar uma primeira notícia publicada para, a partir dela, construir uma abordagem mais ampla e complexa, reunindo dados, formulando comparações no tempo, atualizando-os social e politicamente e dando espaço para fontes de diferentes campos interpretarem o tema como fenômeno circunstancializado. A amostra da pesquisa revela majoritariamente notícias, ou seja, narrativas curtas, factuais, relacionadas a episódios específicos: um homossexual assassinado na rua; uma agressão física numa boate; latrocínio praticado contra gays no ambiente doméstico.

### **A redução frequente das vítimas à sua sexualidade**

Na maioria dos casos noticiados identificados na amostra, as vítimas são identificadas apenas por suas orientações sexuais (“o travesti”, “a transexual”, sem o nome)<sup>5</sup> ou têm seus casos comentados por familiares ou amigos e amigas. Ou seja, as vítimas da violência homofóbica aparecem majoritariamente não como personagens que falam, mas como personagens sobre as quais se fala, remetendo vagamente ao conceito de Gayatri Spivak (2010) de subalterno, de quem se questiona o poder de fala, embora essa autora use como objeto de reflexão a condição de subalternidade atrelada ao conceito de pós-colonialismo. Em boa parte das notícias sobre violência homofóbica, a sexualidade da vítima aparece como sinônimo amplificado de sua identidade.

Uma transexual de aproximadamente 25 anos foi encontrada morta na Estrada das Olarias, no bairro Atuba, em Curitiba, por volta das 6h30 deste domingo (25). A Delegacia de Homicídios (DH), que investiga o caso, informou que o corpo tinha sete perfurações de arma de fogo na nuca, no tórax e no rosto. Segundo o delegado Rubens Recalcatti, há a suspeita de que ela seja de Santa Catarina e conhecida como Bruna Galisteu, no entanto, essa informação não foi confirmada. “Estamos trabalhando primeiro para identificá-la e depois para saber a autoria do crime”, disse. [...] O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) da capital, onde será submetido à perícia (RAMOS, 2013a).

Embora ocorram em diferentes regiões do país, em datas diferentes e noticiadas por diferentes veículos, há uma marca narrativa comum entre as vítimas mortas sob circunstâncias homofóbicas, sobretudo quando se trata de travestis e transexuais: são categorizadas por sua sexualidade, reduzidas a um/uma transexual morto/morta. Essa é uma característica — a vítima como sinônimo amplificado da sexualidade — presente na maioria das notícias sobre os crimes homofóbicos.

---

<sup>5</sup> Embora entre a comunidade LGBT o artigo definido usado para “travesti” e “transexual” seja “a”, nas narrativas da imprensa, prevalece o uso do artigo definido masculino, “o”.

## O protagonismo silencioso dos agressores

Os agressores homofóbicos aparecem como sujeitos ausentes, sob a rubrica de desconhecidos, pessoas sobre cuja identidade ou paradeiro a polícia não tem pistas. São, no máximo, descritos segundo uma profissão (segurança, garoto de programa, etc.) ou uma categoria adjetivada pelo comportamento, pela atitude violenta ou pela origem social (grupo de *skinheads*, de neonazistas ou jovens de classe média alta, filhos de famílias ricas de uma determinada cidade onde ocorreu o ato de homofobia noticiado).

Talvez em razão da condição de oprimido e opressor, vítimas e agressores estão aparentemente submetidos a um enquadramento noticioso que fica evidente na escolha das vozes verbais. Sistemáticamente, constata-se nas notícias publicadas a assimetria entre a passividade associada à vítima, presente em primeiro plano nas narrativas que descrevem a violência, e o protagonismo dos agressores — ainda que se trate de um protagonismo silencioso, uma vez que suas vozes raramente são ouvidas, permanecendo numa zona sombria. Os verbos que narram as agressões são frequentemente apassivados: “o estudante X foi agredido por um homem não identificado”.

Os *leads* das notícias são construídos com verbos na voz passiva que descrevem situações de violência. Pouco se veem manchetes ou narrativas cujo enunciado coloque como sujeito ativo o agressor ou os agressores: “o segurança fulano de tal, x anos, espancou o estudante...”. A notícia abaixo é uma das poucas em que um agressor, mesmo não identificado, assume o lugar de protagonista no *lead*, com verbos na voz ativa:

Nascido e criado em Raul Bastos, uma localidade de Alcântara, em São Gonçalo, Eliwellton da Silva Lessa nunca tinha, em seus 22 anos de vida, se afastado muito da vizinhança. O Rio de Janeiro, por exemplo, nem conhecia. Há três meses, no entanto, conseguiu um emprego de faxineiro numa academia de ginástica de Botafogo. Foi o que bastou para que ele se apaixonasse pela cidade e começasse a traçar planos de economizar parte do salário para deixar a casa que dividia com a mãe e alugar um quarto em Copacabana. O sonho de Eliwellton foi interrompido brutalmente na madrugada de segunda-feira. Quando passava com dois amigos por uma das avenidas mais movimentadas de Alcântara, ele foi xingado por ser gay e se envolveu numa briga. Minutos depois, o homem que começou a confusão voltou dirigindo uma van e *atropelou* Eliwellton, passando o veículo três vezes por cima dele, que morreu quinta-feira (ALVES, M., 2013, grifo meu).

Na maioria dos relatos, o padrão são *leads* com estas características: vítima identificada por sua sexualidade, voz verbal passiva e descrição do comportamento violento

de um agressor anônimo que, embora protagonista, permanece em uma zona narrativa silenciosa e sombria:

Foi encontrado nesta quarta-feira (23), às margens da BR-060, região do município de Camapuã, o corpo de um transexual de 19 anos, morto a facadas. A vítima foi encontrada “de quatro”, apresentando perfurações no peito e um corte profundo no pescoço. No local também havia indícios de uma possível luta corporal. O autor ainda não foi localizado, mas a polícia já identificou um suspeito e trabalhava na tentativa de encontrá-lo. Na bolsa do transexual havia um bilhete de passagem indicando que a vítima embarcou em Glória de Dourados, na terça-feira, com destino à cidade onde foi morta. A família dele reside em Vicentina (TRANSEXUAL É ENCONTRADO MORTO..., 2013).

Episódios como esses estão entre os mais comuns noticiados sobre vítimas da violência homofóbica: para além do assassinato, os crimes contêm algo de assinatura dos agressores, como marcas corporais de várias facadas ou vários tiros, inscrições no corpo com objetos perfurocortantes e até mesmo, como se vê nesse caso, o abandono do corpo morto em posições que associam a vítima ao ato sexual homossexual masculino. Essa forma de abandono do corpo é citada textualmente (“de quatro”), como se tal construção da cena do homicídio se constituísse numa atribuição à vítima pelas razões de seu próprio processo julgamento, pena e condenação sumária, com o extermínio em condição humilhante de nudez e posição física.

### **A voz privilegiada dos delegados**

Os relatos sobre episódios de violência raramente aparecem narrados em primeira pessoa pelas vítimas ou por porta-vozes situados ao lado de quem os sofre. Os entrevistados mais comuns não são essas pessoas. As vozes legitimadas presentes na quase totalidade das notícias levantadas, aquelas que no jornalismo são consideradas fontes principais e que quase sempre se confundem com os definidores primários, são as das autoridades policiais. Em poucos casos, as vozes das vítimas são ouvidas. Às vezes, as circunstâncias do fato noticiado justificam a ausência ou o impedimento das vozes das vítimas em primeira pessoa: quando elas estão muito machucadas em instituições de saúde ou quando morrem.

Os delegados são as fontes mais recorrentes nas notícias analisadas, e a explicação para isso está no fato de eles representarem vozes oficiais, autorizadas e legitimadas para tratar do tema violência. Delegados constituem o que se chama na comunicação de definidores primários.

Na maioria das notícias, fica claro o papel dos delegados como praticamente os fiadores, perante a sociedade, e, sobretudo perante os meios de comunicação, da concretização da violência homofóbica. Assim, se for considerado como sinônimo desse tipo de violência apenas o que a maior parte dos veículos de comunicação noticiam, só serão abordadas, e conseqüentemente agendadas, as formas de violência que se inscrevem a partir da fronteira da lesão corporal, reivindicando assim a presença da esfera policial no processo. Somente após a inscrição do episódio na esfera policial, tem-se uma notícia típica, clássica, de violência homofóbica. Exemplos das vozes dos delegados como definidores primários da notícia:

Segundo o delegado Rubens Recalcatti, responsável pelas investigações, os rapazes buscaram a jovem em Araucária e a levaram em uma balada [...]. “Um dos amigos comentou que o outro estava com um ‘traveco’ e aí o cara percebeu que era [travesti ou transexual]. Eles saíram, foram na casa de um deles, pegaram três armas e a levaram no carro, para Colombo. Um deu um tiro na nuca e os outros mais seis disparos”, contou. O delegado disse que ainda não é possível afirmar qual seria a real motivação do crime. “Nós estamos apurando. Ela foi executada ou porque eles são bandidos, assaltantes, ou por maldade mesmo”, afirmou (RAMOS, 2013b).

A primeira notícia ilustra tanto a condição dos delegados como definidores primários da informação quanto a imprecisão dos verbos quando se trata de estabelecer a homofobia como causa de um ato de violência, enquadramento comum na amostra e descrito na próxima seção. Nessa narrativa, o delegado já prendeu os suspeitos, aparentemente já os ouviu em interrogatório formal, mas, mesmo assim, ressalta que a motivação pode estar relacionada a duas hipóteses, sem citar a homofobia: ou os acusados são bandidos e assaltantes, ou o ato de violência foi cometido por “maldade”, um substantivo vago e abstrato perante a lei. Ao mesmo tempo em que pouco ou nada se diz sobre os assassinos, são citados detalhes da roupa da vítima, como salto alto e minissaia.

Os delegados não apenas atuam na função de definidores primários, mas também desempenham papéis importantes — tão ou mais importantes que o dos próprios jornalistas — para esboçarem o enquadramento da maior parte das notícias sobre violência homofóbica. Visto que suas vozes são privilegiadas e majoritárias e cabe a eles deter o maior volume de informações dos episódios noticiados, as narrativas contemplam suas visões de mundo e sua interpretação do real; por exemplo, categorizar como vingança ou maldade um assassinato que tenha sido motivado por homofobia e que traga marcas dessa causalidade no corpo das vítimas.



## Verbos condicionais e predomínio de hipóteses

Como a homofobia não é tipificada como crime e tampouco, na maioria dos casos, os agressores são identificados e presos para negar ou confessar o crime e afirmar suas motivações em depoimento, as notícias revelam um dado frequente: os verbos usados na narrativa jornalística para falar da homofobia como causalidade da agressão estão conjugados predominantemente na forma condicional ou denotam possibilidade. Formas verbais como “teria sido” e “pode ter sido”, relacionadas à homofobia como causa, são comuns, contribuindo para que pareça uma ideia de possibilidade ou dúvida quanto à motivação do agressor.

[...] segundo o delegado, é prematuro indicar se o caso *teria* alguma ligação com crime de homofobia, *hipótese* levantada por grupos paraibanos de defesa da causa LGBT, em virtude do ator ser homossexual. “Além da ligação afetiva da vítima e sua opção sexual, ainda temos o viés de latrocínio para ser trabalhado, já que alguns pertences do rapaz foram subtraídos da residência”, complementou Medeiros (ALBUQUERQUE, 2013, grifos meus).

O texto abaixo é um dos poucos exemplos em que o crime é tipificado categoricamente como homofobia. A tipificação é dada pelo delegado, embora não tenha havido identificação e tampouco prisão dos agressores. Nos demais enquadramentos, a narrativa mantém alguns padrões: a opacidade em torno da identidade da vítima, para além da informação de que ela tem um namorado, identificado tão somente por esse substantivo, e o protagonismo silencioso dos operadores do ato de violência:

Um rapaz de 25 anos foi esfaqueado na Avenida Visconde de Guarapuava, no Centro de Curitiba [...]. Para a Delegacia de Homicídios, o motivo do crime foi homofobia. A vítima foi atingida por um golpe no tórax, próximo ao coração [...]. “Nós lamentamos muito esse tipo de crime por conta da opção sexual das pessoas. É uma violência gratuita”, disse o delegado Rubens Recalcatti (PEREIRA, 2013).

A falta de assertividade, mesmo que o jornalismo use a prerrogativa do argumento de que se trata da fala das fontes, e não de uma questão do campo afirmar ou negar a homofobia, também se dá em relação às poucas matérias da amostra que citam o termo *bullying*. Como causalidade, o fenômeno também é sempre situado no território das condicionais e das hipóteses. Não há nas declarações qualquer assertividade quanto à ocorrência da prática, sendo essa tratada apenas como uma possibilidade, assumindo no discurso das fontes inclusive um sentido de “brincadeira”. A pouca frequência de notícias relacionadas ao *bullying* talvez se explique pelo fato de, na leitura de sites e jornais impressos, a violência homofóbica considerada como tal se restringir comumente a formas de violação do corpo. Os xingamentos, as ofensas morais e as perseguições sofridas por

jovens e adolescentes só tendem a transformarem-se em fato noticiado quando ultrapassam as fronteiras da violência verbal.

### **O AGENDAMENTO DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E A ESPIRAL DO SILÊNCIO**

Embora notícias de violência homofóbica sejam agendadas frequentemente na imprensa, os enquadramentos podem favorecer que, ao tratar do assunto sob a forma de episódios e raramente como um fenômeno presente na sociedade brasileira, a cobertura contribua de algum modo para aquilo que Elizabeth Noelle-Neumann (1995) nomeia de espiral do silêncio. A espiral do silêncio, conceito posteriormente incorporado pelo campo da comunicação, é o fenômeno segundo o qual, à medida que a opinião pública aborda um fato todo o tempo sob uma determinada perspectiva ou até mesmo silencia sobre algum fenômeno social, boa parte dela tende a não expor uma perspectiva diferente, caso a tenha, nem manifestar sua discordância da maioria, por supor-se em desvantagem em termos pontos de vista.

Ao abordar a violência homofóbica como episódios isolados e não como fenômeno social de sofrimento, de direitos humanos e objeto de demanda de políticas públicas, os meios noticiosos contribuiriam para a manutenção do silenciamento da opinião pública. E, agindo de tal modo, deixariam de exercer um papel social mais ativo diante da questão e do seu enfrentamento. De que maneira a imprensa brasileira contribui para o não enfrentamento da homofobia ao veicular a violência homofóbica frequentemente como parte do contexto geral da violência urbana brasileira e não como uma forma de violência específica?

### **QUEM SÃO AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E QUAIS SE TORNAM NOTÍCIA**

Após décadas de pioneirismo do Grupo Gay da Bahia, a mais antiga organização brasileira de defesa dos homossexuais, criada pelo antropólogo Luiz Mott e cujo trabalho de coletar e divulgar anualmente estatísticas aproximadas de assassinatos de homossexuais no Brasil, por estado da Federação, foi fundamental para o debate em torno desse tema, recentemente a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) passou a produzir relatórios anuais com dados sobre o assunto. O Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, produzido pela SDH já em duas edições (com dados de 2011, lançado em 2012, e com dados de 2012, lançado em 2013), constitui-se no documento mais importante sobre esse cenário no país (BRASIL, 2013).

Os dados apresentados nos documentos da SDH são de fundamental relevância como referência para cotejar os números nos quais as políticas públicas se ancoram e os modos de cobertura da violência homofóbica por parte da imprensa brasileira. De acordo com o relatório, em 2012 foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Esses dados, comparados aos de 2011, representam um aumento de 166,09% na quantidade de denúncias e de 46,6% na de violações. Em 2011, foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Os números dos relatórios foram produzidos com base nos dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da SDH, da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, do Disque Saúde e da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde, além de e-mails e denúncias enviados ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e à Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT.

É importante reiterar que, no campo da segurança pública, os estados não têm a obrigatoriedade de informar, no que se refere aos episódios de violência registrados, a orientação sexual, a identidade de gênero ou a possível motivação homofóbica nos boletins de ocorrência policial. De acordo com o relatório da SDH, a escassez de dados demográficos quanto à população LGBT no país é suprida apenas pelos dados do último Censo, de 2010, em que a informação quanto à coabitação com parceiro do mesmo sexo no mesmo domicílio permite inferir a sexualidade. Com base nessa informação, chega-se ao dado de que 60.002 brasileiros e brasileiras vivem nessa condição.

Os meios de comunicação, ao se referirem ao real e ao publicizarem-no sob a forma de notícia, contribuem tanto para a construção do temário da esfera pública, pautando e agendando temas, quanto para, mesmo de modo involuntário e não manipulatório, manter sob zonas de silêncio e de sombra uma série de acontecimentos e fenômenos. Trazendo a violência homofóbica cometida hoje no Brasil para esse jogo de luz e silêncios proporcionado pela imprensa nacional, as matérias que deram origem a essa análise evidenciam, se não diagnósticos fechados sobre o que diz e o que cala o jornalismo brasileiro, pelo menos tendências de abordagem.

A principal delas é que, embora sob o guarda-chuva conceitual de violência homofóbica caiba uma série de práticas e comportamentos hostis, desde xingamentos a constrangimentos morais, assédio no ambiente de trabalho, *bullying*, ofensas e discriminação, culminando com agressão física e assassinato, no campo das notícias as duas

últimas categorias assumem liderança. Sabe-se que, para cada extremo de agressão física e assassinato, a vítima de homofobia já experimentou toda a sorte de categorias de violência.

Por que, no entanto, a violência homofóbica das ruas, quando atinge as manchetes, assume majoritariamente as modalidades de agressão física e assassinato? Uma das respostas está no papel das instituições policiais como fiadoras do que deve ser ou não categorizado como violência. Há uma espécie de percurso que a violência contra a população LGBT tem que percorrer até ser classificada como tal. Essa classificação se dá quando se ultrapassa a fronteira do verbo para a lesão no corpo do outro. Ultrapassada essa fronteira, quem está do outro lado são os delegados e os policiais, vozes às quais quase sempre cabe legitimar o fato como notícia. E, uma vez feita essa classificação como notícia passível de publicação na imprensa, há ainda uma segunda etapa de categorização, ou seja, a adjetivação da notícia cujo objeto é a violência homofóbica.

Embora na maioria dos casos se faça menção à sexualidade da vítima (homossexuais, transexuais, travestis), às características do crime (corpo nu, em posições associadas ao ato sexual, programas sexuais e desacordos sobre preços acertados e cobrados) e a detalhes como as vestimentas das vítimas (minissaias, roupas decotadas), comumente a homofobia é citada tão somente como uma possibilidade a mais, entre muitas outras, de motivação do crime (homicídio, lesão corporal, latrocínio etc.). Nas entrelinhas das entrevistas dos delegados, citam-se comportamentos que reiteram o enquadramento clássico dado pelas notícias: as ideias de prostituição, no caso dos travestis e transexuais, e de promiscuidade por parte dos homossexuais.

Esses elementos das cenas dos crimes, relatados majoritariamente pelos delegados, configuram uma espécie de enquadramento prévio das narrativas de violência homofóbica, antes do registro pela imprensa. Ou seja, o olhar da sociedade para o real, representado pela voz legitimadora do delegado, o fiador da causalidade do crime — se violência homofóbica ou não — precede o enquadramento jornalístico. Pode-se dizer que esse enquadramento, o do homossexual promíscuo ou ingênuo e descuidado quanto a parceiros desconhecidos, e o de travestis e transexuais submetidos ao mundo violento da prostituição nas ruas, é dado previamente à comunidade jornalística pelas informações disponibilizadas nas delegacias. Tais informações e enquadramentos, por fim, contribuem para devolver à vítima grande parte da responsabilidade pelo desfecho violento de sua vida. Os enquadramentos predominantes funcionam como dispositivos de reforço e legitimação dos preconceitos sociais quanto às populações fora da heteronormatividade.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Julia. Estudantes dizem que foram expulsas de restaurante do Rio por serem homossexuais. **UOL**, 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2013/01/15/estudantes-homossexuais-expulsas-de-restaurante-no-rio-va-denunciar-estabelecimento.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ALBUQUERQUE, Marcílio. Polícia ainda não tem definição sobre a morte de ator pernambucano na Paraíba. **FolhaPE**, 29 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/policia/arqs/2013/01/0149.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ALUNO é espancado após sair da escola em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/aluno-e-espancado-apos-sair-da-escola-em-fortaleza-1.834896>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ALVES, Diego. Jovem sobrevive a sete facadas e acusa agressor de homofobia. **MidiaMaxNews**, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/841496-jovem+sobrevive+sete+facadas+acusa+agressor+homofobia.html#.U6GmRZRdXng>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ALVES, Maria Elisa. Polícia já tem pista de atropelador de homossexual em São Gonçalo. **O Globo**, 4 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-ja-tem-pista-de-atropelador-de-homossexual-em-sao-goncalo-8287901>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

ATOR é assassinado a facadas em João Pessoa (PB). **R7**, 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/ator-e-assassinado-a-facadas-em-joao-pessoa-pb-28012013>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 (Coleção Ensaio Geral, 1).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

GARÇOM confessa que matou palhaço em JP. **Jornal da Paraíba**, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.passeiaki.com/noticias/garcom-confessa-matou-palhaco-jp>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Tradução de Gentil A. Titton. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção Sociologia).

GUTMANN, Juliana. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 25-50, 2006.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012. (Série Jornalismo a Rigor, v. 5).

MARTINS, Kelly. ‘Não sei explicar essa obsessão’, diz suspeito de matar gays em Cuiabá. **G1**, 10 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/03/nao-sei-explicar-essa-obsessao-diz-suspeito-de-matar-gays-em-cuiaba.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, v. 2, n. 17, p. 1-25, 2007.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. **La espiral del silencio**: opinión pública – nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

PEREIRA, Patricia. Jovem esfaqueado no Centro de Curitiba foi vítima de homofobia, diz polícia. **GAZETA DO POVO**, 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1336042Na>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

RAMOS, Mariana Franco. Polícia investiga morte de transexual em Curitiba. **Bondenews**, 7 jan. 2013a. Disponível em: <[http://www.bonde.com.br/?id\\_bonde=1-3-25-255-20130107](http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3-25-255-20130107)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Polícia prende três suspeitos de matar transexual. **Bondenews**, 8 jan. 2013b. Disponível em: <[http://www.bonde.com.br/?id\\_bonde=1-3--312-20130108&tit=policia+prende+tres+suspeitos+de+matar+transexual](http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--312-20130108&tit=policia+prende+tres+suspeitos+de+matar+transexual)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Transexual baleada na cabeça morre em hospital. **Bondenews**, 11 fev. 2013c. Disponível em: <[http://www.bonde.com.br/?id\\_bonde=1-3--410-20130211](http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--410-20130211)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Clássicos da Comunicação).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRANSEXUAL é encontrado morto às margens de rodovia. **A Crítica**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://acritica.net/?conteudo=Noticias&id=80270>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. Contando histórias. In: Traquina, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

\_\_\_\_\_. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: FreePress, 1978.

Wolf, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Leitura e Crítica).